

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Larissa Carraro de Oliveira

**MARIELLE FRANCO: UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA FEMININA NO ÂMBITO POLÍTICO  
BRASILEIRO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em ciências humanas (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dra. Célia da Graça Arribas.

Juiz de Fora  
2018

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Larissa Carraro de Oliveira**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 2015731A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **MARIELLE FRANCO: UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA FEMININA NO ÂMBITO POLÍTICO BRASILEIRO**, desenvolvido durante o período de de março de 2018 a junho de 2018 sob a orientação de Célia da Graça Arribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Larissa Carraro de Oliveira**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

## MARIELLE FRANCO: UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA FEMININA NO ÂMBITO POLÍTICO BRASILEIRO

Larissa Carraro de Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo propõe-se a fazer um estudo sobre a trajetória da vereadora Marielle Francisco da Silva (PSOL-RJ), tendo como referência a presença feminina na política e os seus inúmeros desafios. A análise tratará desde suas origens sociais, percorrendo por sua formação acadêmica, participação ativa em movimentos sociais, até sua chegada ao cargo de vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Será feita uma investigação de como foi construída a sua carreira no âmbito político, suas contribuições ao exercer o cargo, passando por examinar o preconceito e ódio sofridos por Marielle Franco, mulher negra, da favela, lésbica e que em nenhum momento abriu mão de suas convicções político-sociais, lutando pelos direitos das mulheres, da população LGBT e das vítimas da violência urbana carioca.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulher; política; gênero; raça.

### ABSTRACT

The present article proposes to make a study about the trajectory of councilwoman Marielle Francisco da Silva (PSOL-RJ), with reference to the presence of women in politics and its innumerable challenges. The analysis will deal from its social origins, going through its academic formation, active participation in social movements, until its arrival to the position of councilwoman of the city of Rio de Janeiro. An investigation will be made into how her political career was built, her contributions to the position, and to examine the prejudice and hatred suffered by Marielle Franco, a black woman from the favela, a lesbian, who never gave up her political and social convictions, fighting for the rights of women, the LGBT population and victims of urban violence in Rio.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe-se a fazer um estudo sobre a trajetória feminina no âmbito da política brasileira, analisando particularmente a trajetória da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Francisco da Silva, destacando a importância de sua atuação como mulher negra da periferia, representante dos direitos das mulheres, da população LGBT, dos/das negros/as e da população carente das favelas, vítimas da violência urbana.

Assassinada no dia 14 de março de 2018 no centro do Rio, a vereadora Marielle Franco, como era mais conhecida, tinha 38 anos e se apresentava como “mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré”. Eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ela foi a quinta mais votada da cidade nas eleições de 2016, com 46.502 votos, em sua primeira disputa eleitoral. Pouco antes do crime, Marielle estava participando do evento “Jovens Negras Movendo Estruturas”, organizado por ela na Casa das Pretas, no bairro da Lapa (centro da cidade). Militante e defensora dos direitos humanos, a vereadora usava com frequência as redes sociais para denunciar abusos policiais na cidade do Rio de Janeiro. Uma semana antes, no dia 3 de março, a vereadora criticou a intervenção federal no Rio de Janeiro: “uma política de Segurança Pública ineficaz, desumana, violenta e cara. Aprofundar esse tipo de política com a Intervenção Federal

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: [larissacarraro66@gmail.com](mailto:larissacarraro66@gmail.com). Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Célia da Graça Arribas.

é piorar ainda mais esse quadro", publicou Marielle, vítima brutal daquilo que ela mais combatia. Seu assassinato pode ter sido cometido em uma tentativa de calar a voz que a vereadora trazia a esses movimentos sociais, que, na maior parte dos anos, foram deixados de lado pelos políticos.

O trabalho pretende fazer uma investigação de sua trajetória política fazendo uso de dados bibliográficos, veículos de informações contendo credibilidade, acessos *onlines* a vídeos, reportagens, palestras e demais conteúdos audiovisuais em que há a participação da apresentada vereadora.

## 2. TRAJETÓRIA POLITICA

### 2.1. ANÁLISE DA TRAJETÓRIA SOCIAL DA DEPUTADA MARIELLE FRANCO

Marielle Franciscos da Silva, conhecida popularmente como Marielle Franco, nasceu em 1979 no Complexo da Maré, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, sendo oficialmente um bairro desde 1993. É considerado um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, tendo a extensão de 800 mil metros quadrados e sendo dividido em 16 comunidades com aproximadamente 129 mil habitantes, segundo o censo Maré 2010. Cada uma dessas 16 comunidades possui sua singularidade cultural, arquitetônica, dentre outras características especificadas por o período de constituição sofrido por cada uma delas. Durante a infância e até os 15 anos de idade, Marielle morou no Conjunto Esperança com seus pais e sua irmã.

Segundo Pierre Bourdieu (1983), existem diversos tipos de juventude, sendo no mínimo duas, podendo ser classificadas como sendo divididas por suas respectivas classes sociais, burguesa e popular. A noção de juventude é historicamente datada e cultural. Como sendo parte da sua realidade como adolescente e moradora da Maré, Marielle Franco, na adolescência, começa a descobrir os bailes *funks* e a frequentá-los com seus amigos da época. Já no final da adolescência, logo após terminar o ensino médio, com 18 anos, ela descobre estar grávida, o que vem a causar um grande impacto em sua vida, pois ela que já se reivindicava como "favelada" e estava prestes a iniciar seu pré-vestibular, tem de deixá-lo de lado por conta da gravidez, não fugindo a regra do que acontece com várias meninas que são mães na adolescência.

Em um bate-papo para o canal do *YouTube* chamado "Marias do brejo"<sup>2</sup>, publicado em 1 de agosto de 2017, Marielle conta que recebeu apoio de sua mãe para cuidar da criança e que inclusive casou-se com o pai de sua filha na época, ficando três anos casada e vindo a se separar depois, por conta de seu ex-marido possuir comportamentos abusivos. Ao sua filha completar três meses, ela volta a trabalhar como recrutadora infantil, levando sua filha para o trabalho onde havia um berçário.

Durante seu mandato como vereadora, Marielle criou o projeto de lei 17/2017, intitulado de Espaço Coruja, um programa de acolhimento às crianças no período noturno, enquanto seus responsáveis trabalham ou estudam. Suas dificuldades sofridas por ter sido mulher e mãe na adolescência influenciaram nas pautas de seus projetos de lei ao exercer o cargo de vereadora.

Marielle diz ainda no bate papo citado acima, que foi fundamental para sua vida ter voltado em 2001 para o pré-vestibular, pois tomou a consciência de que deveria estudar mais, para trabalhar mais e romper com um ciclo de responsabilidades que vão caindo apenas sobre a mulher. Em 2002 ela passa no vestibular e ingressa na universidade PUC (Pontifícia Universidade Católica), cursando ciências sociais.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=swKLU6Zl5MI&t=801s> acesso em 17 jun. 2018

### 3. FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Em 2002, Marielle consegue o que muitos jovens da periferia almejam, mas nem sempre conquistam, que é a oportunidade de ingressar em uma faculdade, através do Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2004. O Prouni é um programa elaborado pelo Ministério da Educação em que se é oferecido bolsas para a rede de ensino superior de instituições privadas. Ela passa então a cursar ciências sociais na PUC (Pontifícia Universidade Católica).

Durante o curso de graduação em ciências sociais ela começa a construir seu lugar na universidade. Em uma entrevista concedida, disponível para visualização no *YouTube*<sup>3</sup>, ela diz que entrou no ambiente acadêmico criando desde o levantamento de questionamentos em sala de aula sobre como muitas vezes os assuntos sobre a favela eram tratados de forma estereotipada até chegar ao momento em que ela percebe como autoras de grande importância para os estudos de gênero e raça, como foi Lélia González, não eram citadas em aulas que tratavam do tema, sendo descoberta pela mesma, apenas após um longo período, o que leva a reforçar o fato de que há um apagamento da negritude no âmbito acadêmico.

Embora o Brasil venha assistindo nos últimos anos uma pequeníssima melhora quanto à dedicação e interesse políticos em tratar as questões raciais, fruto de intenso envolvimento dos movimentos negros, ampliando a participação dos/das negros/as e pessoas da periferia no meio acadêmico, sobretudo através dos programas de cotas sociais e raciais, e o Prouni, ainda assim, nesse mesmo meio pode-se perceber que há ainda contratempos sofridos por esses grupos, como a falta que há de negros/as exercendo o cargo de professor e o fato de haver descrédito quanto aos temas raciais.

Em relação à situação docente, Carvalho (2005-2006) destaca:

Gostaria de ilustrar essa situação de confinamento racial vivida por nós, acadêmicos brasileiros. Se juntarmos todos os professores de algumas das principais universidades de pesquisa do país (por exemplo, a USP, UFRJ, UNICAMP, UnB, UFRGS, UFSCAR e UFMG), teremos um contingente de, aproximadamente, 18.400 acadêmicos, a maioria dos quais têm doutorado. Esse universo está racialmente dividido entre 18.330 brancos e 70 negros; ou seja, entre 99,6% de docentes brancos e 0,4% de docentes negros (não há um único docente indígena). Se escolhermos, aleatoriamente, um professor desse grupo, o perfil que encontraremos será o seguinte: o professor (ou a professora) foi um(a) estudante branco(a) que teve poucos colegas negros no secundário, pouquíssimos na graduação e, praticamente, nenhum no mestrado e no doutorado; como aluno(a), sempre estudou com professores brancos. Desde que ingressou na carreira docente, faz parte de colegiado inteiramente branco, dá aulas para a maioria esmagadora de estudantes brancos na graduação e de 100% de pós-graduandos brancos. Além disso, os assistentes e os colegas do seu grupo de pesquisa são todos brancos. Como consequência desse confinamento, em algumas faculdades mais fechadas e elitizadas, é perfeitamente possível que um docente e pesquisador desenvolva, por décadas, o trabalho acadêmico, sem conviver com um único estudante negro ou com um único docente negro; quando muito, conviverá com alguns servidores negros, com os quais estabelece relações de pouca ou nenhuma identificação (Carvalho, 2005-2006, p.33).

Ainda citando Carvalho (2005-2006), sobre a questão racial como parte de interesses de pesquisas acadêmicas ele aponta:

A experiência inversa de confinamento dos poucos professores negros deve ser igualmente ressaltada, pois afeta-os de modo mais grave que aos docentes brancos. Por exemplo, uma colega negra da UnB trabalha há décadas, com mais de 100 professores, em um Instituto no qual ela é a única negra. A questão racial deveria

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=swKLU6Zi5MI&t=801s> acesso em 17 jun. 2018

entrar nos temas de trabalho, porém sofre a inibição constante da convivência com os colegas, que se mostram incomodados quando a questão racial aparece em alguma discussão sobre os temas de pesquisa de interesse do Instituto. O que nunca discutimos em nossos trabalhos é até que ponto estamos dispostos a interpretar esses “incômodos” dos acadêmicos brancos frente às necessidades de afirmação racial dos colegas negros como manifestações específicas de violência racial. Também nunca questionamos por que as manifestações de incômodo gozam de impunidade no nosso meio. A experiência inversa de confinamento dos poucos professores negros deve ser igualmente ressaltada, pois afeta-os de modo mais grave que aos docentes brancos (Carvalho, 2005-2006, p.35).

Ambas as falas de Carvalho, além de fazer voltarmos ao tópico anterior, também comprovam o déficit que há de graduandos e professores negros na universidade, gerando assim, conseqüentemente, o apagamento das questões raciais na universidade. O que nos confirma como é de suma importância o papel que Marielle desenvolveu em seu período como universitária como sendo uma mulher negra e da periferia. Como socióloga, trabalhou como educadora infantil na Creche Albano Rosa, na Maré, se tornando professora e pesquisadora.

Após concluir o curso de ciências sociais na PUC, Marielle iniciou um projeto de mestrado em administração pública na UFF – Universidade Federal Fluminense, tendo como título “UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”. Sua dissertação de mestrado teve como objeto de pesquisa um tema que causa uma grande ruptura social. O projeto de mestrado possui ao todo 136 páginas nas quais, por meio de uma extensa revisão bibliográfica, pesquisa de campo e levantamento documental, ela faz uma crítica à atuação das unidades de polícia pacificadora (UPPs), nas favelas do Rio de Janeiro.

Já logo no início de sua dissertação, nos agradecimentos, Marielle faz questão de fazer com que sua origem e a de amigos que também vieram do pré-vestibular da Maré seja lembrada orgulhosamente, como um ato de superação por meio da frase: “O que dizer do bonde de Intelectuais da favela? Sim, a nova geração que fez pré-vestibular comunitário, e se constituiu como Mestres e Doutores” (FRANCO, 2014, p.4).

Ao decorrer da sua dissertação ela denuncia o fato de a violência ter aumentado durante a implementação das UPPs, fazendo a colocação de que alguns moradores da favela foram assassinados pelas mãos armadas do Estado. Por meio de dados levantados em pesquisas, ela expõe com dados empíricos o número de vítimas existente durante a atuação das UPPs, denunciando não apenas a morte dos moradores da favela, em sua maioria jovens negros, mas também dos policiais atuantes, a fim de não hierarquizar a dor das famílias ao perderem seus entes.

Por fim, ela conclui nos falando sobre a importância da organização popular: “o processo de autonomia é fundamental para o embasamento e discussões sobre ação e participação”. Expondo um dos exemplos, a autora traz a cartilha elaborada por movimentos sociais sobre abordagem policial no Santa Marta— a primeira favela a receber uma UPP e também a primeira a denunciar as arbitrariedades cometidas por policiais. O conteúdo foi produzido e disseminado pelo coletivo Visão da Favela Brasil, coordenado pelo rapper Fiell, em parceria com organizações de Direitos Humanos do Estado. A organização popular nas favelas, portanto, mostra-se como possibilidade de resistência, denúncia e transformação social<sup>4</sup>.

### 3. ENTRADA NA POLÍTICA

Sua atuação política teve como pauta principal a defesa dos direitos humanos e a denuncia das ações militares violentas nas favelas. Em seu site oficial na rede social *Facebook*,

<sup>4</sup> Infomação encontrada no site: Medium, disponível em: [https://medium.com/@larissa\\_rosa/a-dissertação-de-mestrado-de-marielle-franco-em-4-tópicos-1fe03419863e](https://medium.com/@larissa_rosa/a-dissertação-de-mestrado-de-marielle-franco-em-4-tópicos-1fe03419863e) acesso 17 jun 2018.

há alusões aos trabalhos desenvolvidos durante sua atuação no campo político, no período anterior ao ser eleita vereadora: “Trabalhei em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenei a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo”<sup>5</sup>.

Após a posse de Marcelo Freixo como deputado estadual do Rio de Janeiro, Marielle passa a ser nomeada como sua assessora parlamentar, exercendo o cargo por cerca de dez anos. Logo após, ela assume a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Sua atuação foi de acompanhar casos de violações de direitos humanos, como os praticadas por milicianos e policiais.

A principal motivação que fez com que ela tomasse a decisão de fazer parte dos movimentos dos direitos humanos e de gênero foi o fatídico acontecimento da morte de uma amiga, vítima de bala perdida durante um tiroteio envolvendo policiais e traficantes de drogas na favela onde nasceu e viveu, e veio a ocorrer o nascimento de sua filha.

Apadrinhada por Freixo, segundo o site Correio Brasiliense, elegeu-se vereadora pelo PSOL em 2016, com 46.502 votos – a quinta maior votação no Rio e a única a ter votos em todos os colégios eleitorais cariocas. Seu gabinete, ela dizia, era um lugar para o debate de gênero, da favela e da negritude. Apresentou 116 proposições e 16 projetos de lei, como o que garantia acesso ao aborto nos casos previstos em lei e o que abria as creches no período noturno para pais e mães que trabalham à noite. Era presidente da Comissão de Defesa da Mulher. Estava casada com Mônica, a primeira mulher que beijou, sua “companheira de vida e de amor”<sup>6</sup>.

A respeito de sua candidatura, Motta explica em uma entrevista concebida à BBC as motivações que levaram Marielle a se lançar como vereadora: “Ela se lançou candidata em 2016 motivada pela necessidade de que as mulheres estejam na política, pela necessidade de combater o racismo, para mostrar que uma mulher negra e favelada pode e deve ocupar os espaços de poder”<sup>7</sup>.

Seu mandato durou um pouco mais de um ano e foi interrompido precocemente em decorrência do assassinato político que sofreu em março de 2018, até hoje sem resolução. Enquanto vereadora, tratou de importantes temas como: transporte coletivo; combate à violência contra as mulheres; combate à homofobia; visibilidade da mulher negra; desenvolvimento cultural do *funk* tradicional carioca; habitação para famílias de baixa renda; visibilidade lésbica; cuidado na primeira infância; aborto legal e atenção humanizada às mulheres; regulamentação de manifestações culturais; encarceramento da juventude negra; proteção ao adolescente e medidas socioeducativas em meio aberto e pagamento dos salários dos servidores públicos.

Dentre cerca de 20 projetos de leis apresentados durante seu mandato, apenas dois foram aprovados, sendo estes assinados em conjunto com colegas, que foram: Restrição de funções que podem ser exercidas por Organizações Sociais (OSs) em hospitais e Legalização da profissão de mototaxistas.

Após sua morte houve no dia dois de maio de 2018 uma sessão extraordinária convocada por Jorge Felipe (MDB), presidente da câmara do Rio de Janeiro, para que fossem votados projetos de leis (PLs) apresentados pela vereadora, a fim de manter vivo seu legado. Os projetos de lei propostos para votação foram: (1) o PL 17/2017, que estabelece a estruturação do Espaço Coruja, (2) o PL 642/2017, em que se estabelece um programa de assistência técnica

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/posts/276865096032423> acesso em 18 jun 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: [www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/16/interna\\_politica.666519/conheca-a-trajetoria-de-vida-de-marielle-voz-critica-as-policias-do-r.shtml](http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/16/interna_politica.666519/conheca-a-trajetoria-de-vida-de-marielle-voz-critica-as-policias-do-r.shtml) acesso em 18 jun 2018.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055> acesso em 18 jun 2018.

pública e gratuita para habitações de interesse social, (3) o projeto 417/2017, que cria a campanha educativa permanente “Assédio Não É Passageiro”, e (4) o PL 515/2017, que cria o programa de efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes infratores. E por último, dois projetos de lei que se destinam à criação de datas no calendário oficial da cidade: PL 103/2017, que institui em 25 de julho o Dia de Tereza de Benguela, mesma data em que já se reconhece o Dia da Mulher Negra, e o PL 72/2017 que define o dia 17 de maio como o Dia de Luta contra a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia, data referenciando o dia em que Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças, o que ocorreu em 1990.

#### 4. PRESENÇA NA CÂMARA E REPRESENTATIVIDADE CULTURAL EXERCIDA

Segundo informações encontradas no site Metrôpoles<sup>8</sup>, das 465.446 candidaturas em todo o Brasil, apenas 14,2% eram de mulheres (156.317) e, dessa parcela elegeram-se apenas 0,3%. Além das vereadoras, ocuparam cargos 638 prefeitas, todas brancas. Marielle foi uma das 32 mulheres negras vereadoras nas capitais brasileiras dentre 811 vereadores. Também foi a única mulher declarada preta a ser eleita como vereadora no Rio de Janeiro. Nas eleições municipais de 2016, o país elegeram apenas 7.818 vereadoras, que representam 4,66% do total. Entre elas, nas capitais, somente 32 – agora 31 – são negras. Dessas, 26 se declaram pardas, e 6, pretas. As classificações “preta” e “parda” são critérios formais usados para definir a cor da pele pelo IBGE, que não utiliza a categoria “negra”. Foram as próprias vereadoras que se autodeclararam “pretas” ao se candidatarem.

Como podemos perceber ao analisar esses dados, no Brasil, a participação feminina no âmbito político é escassa e a participação da mulher que é negra é bem pequena também. Esse fato trás consequências bastante negativas, pois uma bancada que é composta predominantemente por homens brancos e que recebem apoio financeiro alto para campanhas, ou já vem de uma família composta por políticos, não será capaz de dar a devida visibilidade a temas como gênero, raça e classe. Mesmo se tratando de um tema como o feminismo, o preconceito que uma mulher negra sofre não é o mesmo vivenciado por uma mulher branca. É importante que temas assim sejam tratados por pessoas que vivenciam na pele seus problemas gerados, tendo a propriedade para colocá-los em pauta, representando seus semelhantes. Marielle como sendo uma mulher negra e de origem periférica, exercia uma grande representatividade política.

Utilizando como referência um vídeo publicado no *YouTube*<sup>9</sup>, em que a própria Marielle fala sobre si mesma, ela refere-se como alguém que gostaria de tratar de temas que ela possuísse acúmulo e tivesse vivência, pautando assim em sua campanha a questão de gênero. Ela cita o fato de ter sido mãe na adolescência, sendo mãe de uma menina e vindo a ter no momento da dada publicação do vídeo uma companheira mulher. Fala também sobre seu desejo de tratar o tema do debate de território, por ter vindo da favela.

Por meio disso, pode-se comprovar como era importante seu papel de representatividade política. É importante também falar a respeito de como foi tratada a presença dela como sendo uma mulher negra e da periferia no meio de uma política composta majoritariamente por homens brancos de classe alta, sobre o que ela diz que foi um processo de superação organizacional até mesmo pelo próprio partido, e cita o fato de ter feito sua campanha de política com afeto, tendo feito uma campanha em conjunto a outros vereadores e suplentes que estavam junto a ela disputando de fato a mesma vaga. E afirma: “A gente não deve ser

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/sem-marielle-franco-brasil-tem-apenas-5-vereadoras-pretas-em-capitais> acesso em 21 junho de 2018.

<sup>9</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=i1bGxH0\\_yIM&t=87s](https://www.youtube.com/watch?v=i1bGxH0_yIM&t=87s) acesso em 21 jun 2018.



engolido pelo senso comum de que a gente tem de vereadores em Niterói sendo ameaçado de ter matado suplente para poder pegar a vaga”<sup>10</sup>, falando após isso que era preciso superar esse tipo de coisa e fazer diferente.

Após tornar-se vereadora, em seu primeiro discurso na câmara, disponível para visualização na plataforma digital *YouTube*<sup>11</sup>, Marielle logo antes de começar a falar é aplaudida por participantes da militância. Posteriormente, ela agradece e no momento inicial de seu discurso ela fala uma frase que sempre proferia: “Eu sou, porque nós somos”. Essa frase é o lema do Ubuntu, filosofia africana que prega a interdependência entre todos os seres vivos, já tendo anteriormente grande repercussão política, tendo guiado a trajetória de Nelson Mandela, inspirando a libertação da África do Sul. Com isso, ela mostra que veio com o objetivo de tratar de temas que entende e que a colocaram ali, que são, por exemplo, os temas de raça, classe e identidade de gênero, propondo através das soluções coletivas, traçar seu mandato.

#### 4. INTERVENÇÃO FEDERAL

Além de ser obstinada a lutar por causas dos direitos humanos, de gênero e raciais, Marielle era uma crítica firme da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, chegando a assumir a função de relatora da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio, criada para acompanhar as tropas na intervenção. Em seu perfil oficial da rede social *Facebook*<sup>12</sup>, no dia 10 de março de 2018 chegou a compartilhar relatos de que policiais do 41º Batalhão da PM do Rio teriam aterrorizado moradores da comunidade: “Precisamos gritar para que todos saibam o está acontecendo em Acari nesse momento.” De acordo com o texto, dois jovens teriam sido mortos e jogados em um valão; além disso, ela também denuncia o fato de que a polícia, no dia da publicação feita, andou pelas ruas ameaçando moradores.

Em uma entrevista concedida ao site *Correio da Cidadania*<sup>13</sup>, publicada no dia 24 de fevereiro de 2018, ela denuncia a insensibilidade que há com os favelados e os policiais, sendo assim dirigida a todos os moradores da sociedade. Também ressalta a falta de sensibilidade da mídia e órgãos políticos na abordagem do tema, que na maioria das vezes focam no debate técnico-jurídico e pouco na noção de que, para quem mora em certas áreas, pouca diferença faz, dado que o Estado militarizado e o próprio exército em suas áreas é uma tradição.

Como resultados para essa medida, ela considera:

“Eu prefiro ir pelo otimismo: que consigamos manter o processo democrático de 2018 em curso e as forças de segurança entendam que não há solução sem diálogo com profissionais da área, praças, policiais civis, moradores de áreas ocupadas, sociedade civil organizada. Ao não se solucionar o problema e a intervenção se consolidar como algo que não resolve, só o diálogo poderá resolver.”

E ainda acrescenta, criticando:

“Intervenção militar é farsa. E não é conversa de *hashtag*. É farsa mesmo. Tem a ver com a imagem da cúpula da segurança pública, com a salvação do PMDB, tem relação com a indústria do armamentismo... Há uma série de fatores que me levam a essa convicção. Uma ação midiática. Não à toa o Temer se reuniu com seu time de marqueteiros para avaliar os impactos do anúncio da intervenção, saiu nos jornais.”

Com base nos dados apresentados, concluímos que Marielle constantemente lutava contra acontecimentos que iam contra os direitos humanos, não possuía medo de “dar a cara” nas circunstâncias necessárias. Citando uma frase usada por ela, em um vídeo de apresentação

<sup>10</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=i1bGxH0\\_vlM&t=87s](https://www.youtube.com/watch?v=i1bGxH0_vlM&t=87s) acesso em 18 jun 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1evzi9vAqWw> acesso em 18 jun 2018.

<sup>12</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/posts/544774959241434> acesso em 18 jun 2018.

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.correiodacidade.com.br/34-artigos/manchete/13126-intervencao-federal-no-rio-reflexo-do-leilao-do-estado-e-ausencia-de-investimento-nos-profissionais-da-seguranca-publica> acesso em 18 jun 2018.

encontrado na plataforma digital *YouTube*<sup>14</sup>, pode-se perceber sobre o que era sua resistência e metas no âmbito político: “A gente não tem que normalizar o entrar na favela e ter que acender as luzes ou sair da favela e ter que ouvir de agente de segurança que ainda não matou ninguém. A gente vai entrar, vai sair, vai fazer política, vai resistir, vai dar a cara. Isso é uma das coisas que me orgulha.”

## 5. ÓDIO

Havia muito ódio contra a Marielle, e ainda há contra outras políticas que são bem parecidas com ela pelo fato de serem negras e da periferia. Podemos perceber isso por meio de comentários maldosos na internet, concluindo por meio disto a intolerância que essas mulheres sofrem ao chegar e ocupar um espaço de poder historicamente dominado por homens brancos de classe média.

Ao analisar um vídeo disponível na plataforma digital *YouTube*<sup>15</sup>, publicado no dia 18 de fevereiro de 2017, que trata do primeiro discurso da vereadora Talíria Petrone, eleita pelo PSOL, assim como Marielle, Talíria foi a recordista de votos em 2016 para a câmara de Niterói. No citado vídeo a vereadora fala a respeito do fato de ser a única mulher a exercer o cargo e de Niterói ter sido durante 20 anos uma cidade sem ter tido nenhuma vereadora mulher, sofrendo, assim, uma crise de representatividade, fato que deve ser mudado por meio da existência de uma nova política, dando após isso continuidade ao seu discurso. Enquanto ela se expressa é possível perceber a cara de estranhamento por parte de seus colegas de cargo que é composta em sua maioria por homens brancos. E logo abaixo, nos comentários, vemos opiniões muito maldosas vindas por parte de algumas pessoas que assistiram ao vídeo como: “vc não representa em nada a cidade de Niterói...então cale a sua boca desgraçada, vtnc #bolsonaro 2018”, “Primeira fala e deveria ser a última, mulher inútil pra sociedade”.

Analisando agora um vídeo<sup>16</sup> já tratado neste presente artigo, que é sobre o primeiro discurso de Marielle na câmara do Rio de Janeiro, também encontramos muitos comentários extremamente chocantes e cruéis como: “Menos uma! #Bolsonaro2018”, “Que se foda essa vadia! Que matem mais e mais! Foi tardeeeee”, “o inferno hoje ta feliz com mais uma alma perversa .....ja foi tarde esse traste”.

Por meio da análise de comentários desse tipo totalmente repulsivos, pode-se perceber como há infelizmente muito ódio sofrido por essas mulheres, gerado por pessoas que ainda não conseguem aceitar o fato de que uma mulher negra pode e deve ocupar um espaço de poder e inclusive defender convictamente seus ideais.

## 6. ASSASSINATO

Marielle Franco foi assassinada no dia 14 de março de 2018, na cidade do Rio de Janeiro, logo após sair de uma reunião de jovens negras. Ela estava no carro com sua assessora e o motorista que dirigia o veículo. O carro da vereadora foi atingido com 13 disparos por um carro que se emparelhou ao dela. Marielle foi atingida por quatro tiros na cabeça, seu motorista Anderson levou pelo menos três tiros nas costas, ambos vieram a óbito, apenas a assessora de Marielle sobreviveu, vindo a ser atingida por estilhaços de vidro apenas; ela foi levada ao hospital e liberada posteriormente. Os criminosos dispararam e fugiram sem levar nada. Segundo a PM, a principal suspeita do crime é a de que tenha sido uma execução.

<sup>14</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=2&v=DPS2o7VgwJA](https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=DPS2o7VgwJA) acesso em 18 jun 2018.

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GZovRZL4L6Y> acesso em 23 de jun 2018.

<sup>16</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1evzi9vAgWw&t=130s> acesso em 23 jun 2018.

No momento do crime a vereadora estava sentada no banco de trás, como ela havia o costume de ir sentada no banco da frente e o carro possui filme escuro nos vidros, a polícia suspeita de os criminosos terem acompanhado o grupo por algum tempo, tendo adquirido assim o conhecimento da posição exata em que todos se encontravam no carro.

No dia anterior ao seu assassinato, a vereadora Marielle Franco havia postado em sua rede social *Twitter* um desabafo a respeito da criminalidade no Rio de Janeiro. No citado *tweet* ela fala a respeito da morte de um rapaz que foi assassinado na favela do Jacarezinho. Segundo uma entrevista ao site G1<sup>17</sup>, a tia do rapaz acusa a polícia de ter sido responsável pela morte do jovem.

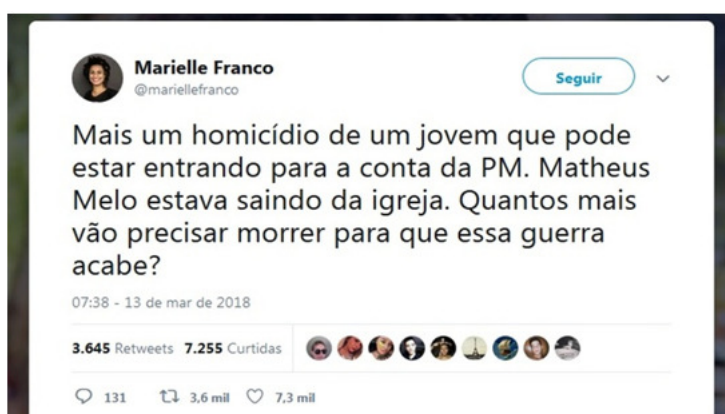


Foto: Publicação na rede social *Twitter*, publicada um dia antes de sua morte.<sup>18</sup>

Dias antes ela também havia feito uma publicação na mesma rede social falando a respeito das ações truculentas da Polícia Militar na comunidade de Acari, questionando suas ações.

<sup>17</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/jovem-e-morto-no-jacarezinho-apos-sair-de-igreja-com-a-namorada-no-rio.ghtml> acesso em 25 jun 2018.

<sup>18</sup> Imagem disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/quantos-mais-precisarao-morrer-postou-vereadora-um-dia-antes-de-ser-assassinada-no-rj.ghtml> acesso em 25 jun 2018.



Tweet de Marielle Franco sobre ação da PM em Acari.<sup>19</sup>

Mesmo com as críticas à Polícia Militar do Rio de Janeiro, não se sabe ainda se algum integrante da mesma tem alguma relação com a morte da vereadora. Até o dia atual, 26 de junho de 2018, a polícia segue sem dar respostas sobre quem foi o assassino da vereadora e a respeito da solução do caso, já fazem mais de 100 dias que o crime não possui uma solução ou resposta. A única informação divulgada pela mídia é a de que segundo uma testemunha chave, foi relatado que houve reuniões entre Orlando Oliveira, ex-PM que esta preso em Bangu 9, e o vereador Marcello Siliciano (PHS), que estão sob suspeita de terem cometido o crime. As conversas se tratavam de prejuízos causados pelo combate da vereadora ao avanço de grupos paramilitares em comunidades de Jacarepaguá, que tiveram início ainda no ano passado. Nos depoimentos, além do político e do ex-PM chefe da milícia, também foram mencionados os nomes de outros integrantes do bando, que teriam participado da execução.

## 7. CONCLUSÃO

Esse artigo tem como fim fazer a análise de uma trajetória feminina no âmbito político brasileiro, analisando particularmente a trajetória de Marielle Franco, que teve seu mandato interrompido em março de 2018 após sofrer uma execução. Podemos observar por meio dos dados apresentados que sua trajetória política foi muito mais do que uma história admirável de superação e vitória, foi também um grande feito para muitas pessoas que puderam ser então, com sua presença na política, finalmente representadas.

<sup>19</sup> Imagem disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/quantos-mais-precisarao-morrer-postou-vereadora-um-dia-antes-de-ser-assassinada-no-rj.ghtml> acesso em 25 jun 2018.

De forma clara e sem muita formalidade, esse artigo também mostra o fato de que a vereadora de quem falamos não teve uma vida nada fácil e que conseguiu superar com determinação todas as dificuldades apresentadas em sua vida.

Marielle sempre foi uma defensora dos direitos humanos e questionou bravamente durante sua vida a ação da intervenção federal no Rio de Janeiro, a existência das milícias e o abuso de poder por parte da polícia.

Sua morte é extremamente problemática, pois além de tentar calar a voz de uma pessoa que realmente lutava pelos seus ideais, é um atentado à democracia. Sua execução foi um ato extremamente covarde, sem nem ao menos ter tentado ser disfarçado de roubo ou outro motivo externo. Marielle e seu motorista Anderson foram covardemente mortos a tiros direcionados exatamente a eles. Esse fato mostra como que o crime organizado tem sua maneira de mostrar como está no controle e por cima de qualquer um que mexa com ele ou o incomode, deixando com isso bem claro seu recado.

Essa execução, que até então segue há mais de 100 dias sem uma resposta, mostra como o trabalho da Polícia Militar do Rio de Janeiro tem se mostrado ineficiente e dispõe de muitas falhas, e que esse crime é um dentre vários outros que ocorrem na cidade e seguem sem uma resposta, fazendo com que a sensação de impunidade só cresça. Esse fato também mostra que a intervenção federal instalada na cidade não tem conseguido cumprir com o seu propósito, tendo aparentemente servido apenas como uma “fachada”, sem conseguir de fato combater o crime organizado.

Especialmente, esse artigo pretende mostrar quem foi Marielle Franco, pelo o que e por quem ela lutava, a fim de que seus ideais e sua representação permaneçam presentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983

CARVALHO, José Jorge de. O Confinamento Racial no Mundo Acadêmico Brasileiro. Brasília: **PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**. UniCEUB. FACJS Vol.2,N.1/07. 2005-2006

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração, Ciências Contábeis e Turismo). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

## REFERÊNCIAS AUXILIARES

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Feminismo e política: Uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. 216 p. v. 1.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL**. 8. ed. Brasil: Editora FGV, 2006. cap. 13, p. 183-191. v.1. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod\\_resource/content/1/Bourdieu%20-%20A%20Ilusão%20Bibliográfica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20A%20Ilusão%20Bibliográfica.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2018.